

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da civilização brasileira*. Vol II. Tomo I. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 235 p.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. “Caminhos históricos da feira de Feira de Santana: origens e secularidade”. In *Sitientibus*. nº 10. Jul/dez. Feira de Santana, 1992.

PIRENNE, Henri. *As cidades da idade média*. 4 ed. São Paulo: Coleção Saber, 1977. 177 p.

POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Trad. Arquimedes Pereira Guimarães. Salvador: Ed. Itapuã, 1968.

PRIMEIRO, P. Fr. Fidelis M. de. *Capuchinhos em Terra de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX*. São Paulo: Livraria Martins, 1942. 392 p.

RAU, Virgínia. *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*. Lisboa, 1943.

RONCAYOLO, Marcel. “Cidade”. In *Enciclopédia Einaudi*. Vol 8 (Região). Lisboa,: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p. 396 – 481.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977. 473 p.

**Novas considerações sobre o movimento conjuntural da  
economia açucareira no século XVII**

Wolfgang Lenk  
Professor Adjunto no Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO: O trabalho busca rever o tema amplo da reversão cíclica da economia açucareira colonial no século XVII, particularmente a partir da análise clássica de Celso Furtado. Buscou-se apreender o crescimento real da produção da açucareira no período, pela análise cuidadosa do valor do contrato dos dízimos, de séries de preços e de outras informações disponíveis. Em consequência, o artigo propõe que a tendência secular é provavelmente de redução no nível geral de produtividade, embora deva-se relativizar o impacto da concorrência antilhana no processo, como já havia sido sugerido por Vera Ferlini. Ademais, tratou-se de analisar conjunturas específicas ao longo do século, o que permitiu a definição de três períodos razoavelmente distintos: a década de 1620; os anos de instabilidade entre 1630 e 1650; o crescimento lento porém contínuo entre 1650 e 1670, até a crise dos anos 1680.

Como se sabe, a economia açucareira do Brasil colonial vivenciou sua primeira inversão cíclica na primeira metade do século XVII. Em geral, isso se atribui à implantação da indústria nas Antilhas, cuja concorrência teria determinado um longo período de estagnação para a produção brasileira. O tema é relevante, e aparece com frequência nos cursos de Formação Econômica do Brasil, sobretudo devido à análise elaborada por Celso Furtado: enquanto a produção antilhana promovia na Nova Inglaterra o desenvolvimento de atividades típicas da economia metropolitana (construção naval, destilarias, etc.), no Nordeste brasileiro a concorrência não resultava em desagregação ou diversificação, mas acentuava suas características gerais. A redução relativa da economia exportadora na atividade econômica e a liberação de fatores para a economia de subsistência, sobretudo a pecuária extensiva, resultava em decréscimo do nível geral de produtividade, a reproduzir um “complexo nordestino” de povoação dispersa, sob péssimas condições de vida, e de atividade econômica de baixa mercantilização e especialização. Embora seja este o enquadramento mais amplo do tema, cabe a nós retomá-lo a partir de outros elementos e indicadores, e nele distinguir conjunturas específicas e dinâmicas regionais, de forma a buscar uma melhor apreensão do movimento conjuntural da economia açucareira no século XVII, ainda que sem a intenção de revisar profundamente seus intérpretes nem produzir qualquer balanço bibliográfico.

A tarefa, entretanto, enfrenta um sem número de dificuldades, principalmente devido à escassez e à falta de uniformidade dos dados. Estes, de fato, levantam dúvidas insanáveis. São vários os limites à comparação e à interpretação da informação disponível. As séries mais desenvolvidas são de preços do açúcar e do valor do contrato dos dízimos, com as quais pode-se ter um pequeno panorama secular. Ainda assim, ambas as séries têm seus hiatos, e são insuficientes para se deduzir, sequer com um mínimo de precisão, uma estimativa do valor agregado na atividade açucareira. De outros elementos, como volume de exportações e importações, preços e quantidades de tabaco, pau-brasil e couro, incorporação de terras ao plantio, número de engenhos em operação (uma medida grosseira da capacidade instalada), preços de escravos, equipamentos, insumos e alimentos, há poucas informações, esparsas e fora de padrão, que se deve sempre analisar *cum grano salis*. Além disso, há uma quase completa ausência de dados sobre o volume e os valores da economia de abastecimento, da produção de pequenos proprietários, das proporções do sistema de transportes terrestre ou de cabotagem, etc.

Em luz dos registros de economias açucareiras do século XV e XVI, pode-se arriscar que em meados de 1620, ao tempo da invasão holandesa de Salvador, o Brasil reunia

provavelmente 70% ou mais da oferta do produto. A Madeira já havia produzido um salto em escala na produção de açúcar, a partir do primeiro plantio em 1425. Em 1470, entregava algo como 200 toneladas métricas (enquanto os genoveses tiravam até 300t da Sicília), mas chegaria a produzir 3.384 t em 1506. A partir de 1510, é o arquipélago das Canárias o principal produtor, devido à migração de empreendimentos madeirenses que fugiam da tributação elevada. Ali, a produção chegou a 4.700 t anuais. Entre 1530 e 1560, a maior fatia do mercado provavelmente coube aos produtores de São Tomé, que chegaram a oferecer um pico de aproximadamente 6.600 t/ano.<sup>1</sup> Os números das ilhas atlânticas referem-se, porém, a breves momentos de ápice, dentro de ciclos de curto prazo. A produção madeirense recuou para 1.300 t em 1520, e oscilou negativamente até o século XVII. A produção em São Tomé também já estava em decadência na década de 1560, devido à pirataria francesa, a conflitos entre os senhores e à forte resistência da mão de obra escrava.<sup>2</sup> Nas capitâneas do Brasil, a produção cresceu continuamente ao longo da segunda metade do século XVI, e em meados de 1610, a produção anual ultrapassou 10.000 t. Em 1624, foi estimada 14.000 t.<sup>34</sup>

Uma fonte alternativa de informação é a estimação do produto por meio do valor do contrato dos dízimos. Para tanto, seguiremos o método de cálculo proposto por Angelo Alves Carrara, com uma pequena e importante correção.<sup>5</sup> Considera-se que o açúcar representa 90% da arrecadação dos dízimos, e que o seu valor contratado ( $D$ ) efetivamente representa 10% da produção. Considera-se que o mascavo produzido era a metade do branco, e que o preço do primeiro é, em média, igual a 0,55 vezes o preço do segundo (quando se sabe o preço do açúcar mascavo, este coeficiente não é necessário, pois pode-se usar a proporção observada). Assim, do valor do contrato estima-se o valor total da produção ( $V = D.0,9.10$ ), e deste o valor da produção de açúcar branco ( $Vb = V / (1 + 0,50.0,55)$ ) – e não simplesmente  $V.0,66$ , ou  $V / (1 + 0,5)$ ). Com a divisão deste valor pelo preço, obtém-se a quantidade produzida do branco ( $Qb = Vb / p$ , o preço observado) e a quantidade total ( $Q = Qb + Qb.0,5$ ).

---

<sup>1</sup> J. H. Galloway. “The mediterranean sugar industry”. In: *Geographical Review*, v. 67, n. 2, 1977; Alberto Vieira. *Canaviais, açúcar e aguardente na Madeira*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004; Alberto Vieira. “Fiscalidade e negócios sacarinos no espaço insular atlântico”. In: *IV Seminário Internacional de História do Açúcar*, Funchal, 2006; Antonino Morreale. *Insula dulcis: l'industria della canna da zucchero in Sicilia (sec.XV-XVII)*. Napoli: Scientifiche Italiane, 2006.

<sup>2</sup> Alencastro. *O trato dos viventes*, op.cit. p. 68.

<sup>3</sup> Schwartz. *Segredos internos*, op.cit.; Ferlini. *Terra, trabalho e poder*, op.cit.

<sup>4</sup> Horacio Crespo. *Historia del Azúcar en Mexico*. México: Fondo del Cultura Economica, 1988, pp. 50-58, 139; Morreale. *Insula dulcis*, op.cit.; Deerr. *The history of sugar*, op.cit.

<sup>5</sup> Angelo Alves Carrara. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil*. 2 vols. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010, vol. I, p. 82.

Trata-se claramente de um método muito impreciso, apesar de todo o cuidado que tenhamos em manejá-lo e desenvolvê-lo. Dele resulta uma quantidade subestimada para a produção real, devido a pelo menos duas razões significativas: os açúcares do dízimo eram de pior qualidade (portanto o valor real da produção era maior que dez vezes a sua arrecadação) e o valor do contrato era inferior ao valor do produto efetivamente arrecadado. Além disso, é um péssimo indicador de conjunturas de curto e médio prazo, pois isso significaria pressupor que as margens de ganho do contratador eram constantes. Entretanto, o valor adiantado na arrematação do contrato referia-se à uma expectativa da produção na safra seguinte, e não à produção corrente. Com isso, o negócio envolvia uma boa dose de especulação, e tanto era possível acabar em lucros extraordinários, quanto em prejuízos e queixas do contratador, ou mesmo ficar em pregão por meses, por falta de interessados. Ademais, enquanto o valor do contrato era determinado *ex ante*, a arrecadação efetiva pelo contratador e seus parceiros dependia do preço atingido durante a safra, de forma que o impacto das oscilações de curto prazo nos preços sobre o valor da produção não é contemplado no cálculo, e assim o vai-e-vem dos preços interfere, em sentido contrário, na estimação da quantidade produzida, afastando-a da produção real. Não obstante, se é aceitável que os erros em média se anulam, a validade do método está em seu emprego como indicador de tendências de longo prazo.<sup>6</sup>

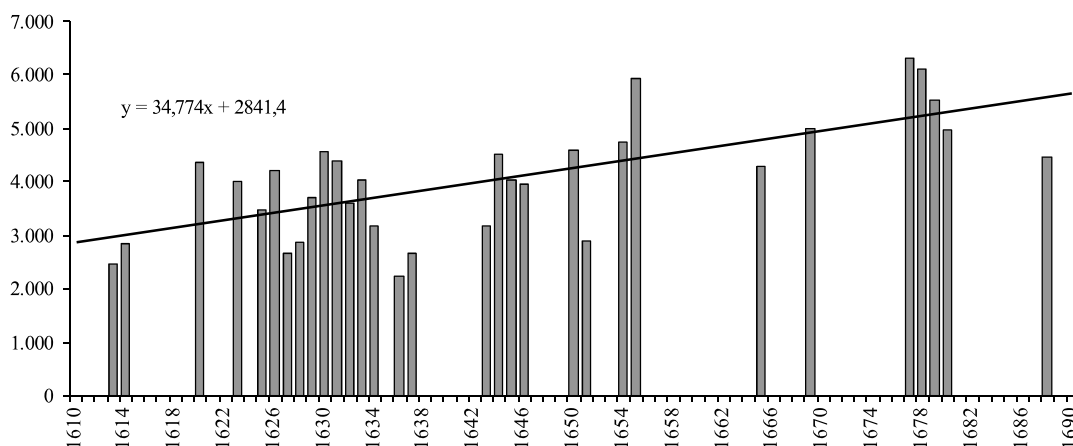
Por meio da regressão simples dos resultados entre 1610 e 1690, encontra-se uma taxa de crescimento real de 0,85% ao ano (gráfico 1). Essa taxa média, ao longo de oitenta anos, não é muito baixa, se comparada com o ritmo normal de crescimento econômico anterior à Revolução Industrial, o que atesta para o dinamismo, em geral, do comércio atlântico, das economias coloniais e da produção açucareira, mesmo em meio à “crise geral” do século XVII. O mesmo método não pode ser aplicado nas décadas anteriores, mas o número de engenhos indica uma taxa de crescimento da capacidade de 2,46% na Bahia entre 1570 e 1612 (1,14% depois de 1583). Talvez seja exagerado afirmar que houve uma tendência geral de estagnação nas décadas seguintes, sobretudo considerando-se que os dados indicam conjunturas distintas de crescimento real. Como um todo, porém, o crescimento da produção de açúcar (em termos reais) no período entre 1610 e 1690 parece ao menos desacelerar-se, provavelmente em seguida a um último momento de expansão acelerada da produção pela difusão da moenda de três cilindros. Ainda que se tenha sustentado um ritmo razoável de

---

<sup>6</sup> Angelo Alves Carrara. “Para uma história dos preços do período colonial: questões de método”. In: *Locus: revista de história*, v. 14, n. 1, 2008, p. 191.

crescimento em alguns momentos, ele permaneceu inferior ao dinamismo inicial da indústria, na viragem do século XVI, como era de se esperar.

**Gráfico 1: Estimativas da produção açucareira a partir do contrato dos dízimos, 1610-1690 (em ton.)**



Fonte: elaboração própria

Esse quadro permanece incompleto sem que se tome em conta o crescimento vegetativo da população colonial, durante o mesmo período. Infelizmente, o problema então são as deficiências ainda mais graves da documentação. Se tomarmos como referência a cidade de Salvador, entre 1610 e 1681, encontramos uma taxa de crescimento populacional de 1,29% ao ano. Essa razão gira em torno de 2%, se forem consideradas as estimativas reunidas por Roberto Simonsen, observadas entre 1570 e 1690.<sup>7</sup> Isso também é bastante, para aquele tempo – Carlo Cipolla estima que, a partir de 1650, a população mundial crescia a 0,3% ou 0,4% anuais, se é que não houve declínio em relação ao século XVI.<sup>8</sup> É de se esperar, afinal, que nas colônias o crescimento vegetativo fosse maior que no Velho Mundo. Deve-se lembrar das epidemias de varíola, em 1666, e de febre amarela, em 1686, mas isso não diminui os efeitos da comparação: toda a população humana, não apenas na Bahia, estava sempre à mercê do flagelo dos micróbios. Parece razoável concluir que, ao longo desse tempo, o crescimento vegetativo da população baiana apresentou um ritmo bastante superior ao do crescimento real da produção açucareira, pelo menos em meio ponto porcentual ao ano.

Deste modo, pode-se acompanhar a conclusão de Celso Furtado de que o movimento geral da economia açucareira no seiscentos é de estagnação ou redução na produtividade real

<sup>7</sup> Roberto Simonsen. *História econômica do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1944, p. 271.

<sup>8</sup> Carlo Cipolla. *História econômica da população mundial*. Trad. Sergio Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 104.

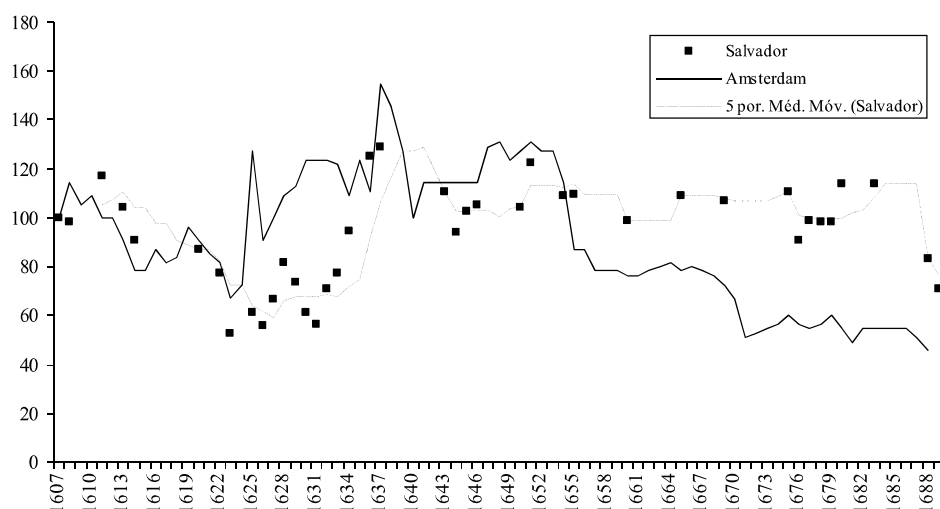
do trabalho e liberação de mão-de-obra para a “projeção” da economia exportadora, a pecuária e a lavoura de subsistência. Dada a baixa monetização de tais setores (atestada pela participação predominante do açúcar no rendimento dos dízimos, e destes na arrecadação da Fazenda Real) e o caráter extensivo de seu crescimento, é muito pouco provável que não tenha ocorrido uma queda gradativa na produtividade em geral. Entre os ramos de atividade que absorvem o crescimento populacional, talvez deva-se destacar a expansão nas exportações baianas de tabaco, cujo consumo na Europa e na África também disparava naquele tempo.<sup>9</sup> Como porém o próprio consumo total ainda não chegava a 1.500 toneladas por ano, massa muito inferior à produção baiana de açúcar, é difícil que o fumo tenha, por si só, feito prevalecer uma tendência contrária, tampouco a soma dos demais produtos de exportação.

Por conseguinte, podemos caracterizar a tendência geral da produção na Bahia do século XVII como de desaceleração, com fases de depressão aberta, na produção de açúcar, declínio da produtividade real, expansão na economia do abastecimento e aumento da participação do couro e do fumo nas exportações. Do ponto de vista das relações sociais de produção, pode-se talvez aventar a possibilidade de expansão de formas de trabalho compulsório menos intensas que a plantagem, com graus variados de autonomia do produtor direto (mesmo o escravo da “brecha camponesa”), embora certamente sujeitas a uma produtividade física mais baixa. Não há, porém, como confirmar numericamente essa tendência.

---

<sup>9</sup> Jean Baptiste Nardi. *O fumo no Brasil Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 32; Bert J. Barickman. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo*. Trad. Maria Luíza Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 62.

**Gráfico 2: Índice de preços dos açúcar branco na Bahia (1607=100)**



Fonte: elaboração própria, a partir de Stuart Schwartz e N. W. Posthumus

O que mostram os preços? Como se sabe, não há uma série uniforme com as cotações do açúcar na Bahia, praticadas para toda a sua produção. Entretanto, há principalmente o registro dos preços aferidos pelo engenho Sergipe do Conde e das compras de açúcar pelo hospital da Santa Casa de Misericórdia, organizados por Stuart Schwartz e aqui apresentados em números-índices no Gráfico 2. Como se vê, houve uma conjuntura de preços baixos a partir de 1610, que até o piso em 1622 resulta em uma queda de 40%, para valer \$850 a arroba. Em seguida, deu-se uma breve recuperação, até 1628, e outra, substancial, a partir de 1632, com a ocupação de Pernambuco pela WIC, culminando no pico registrado em 1637, de 1\$420 por arroba. A partir de 1642, encerrou-se a efêmera conjuntura de preços extraordinariamente altos, e o valor do açúcar permanece relativamente estável até 1680, num patamar superior à depressão entre 1620-1633. A partir de 1675, o registro vem das compras da Santa Casa. A década de 1680 é uma época de crise nos preços e na produção açucareira, cujo pior momento parece ter ocorrido em 1688 e 1689, quando o açúcar chega a valer \$864 a arroba. Depois, a Guerra dos Nove Anos e a Guerra de Sucessão Espanhola favoreceriam então a recuperação dos preços, até nova estagnação, a partir de 1710. Isso, é claro, tomando-se o preço da arroba de açúcar em réis. Stuart Schwartz, entretanto, sugere o ajuste dos valores pela desvalorização da moeda portuguesa, com o quê pode-se estimar os preços em pesos de ouro e prata amoedados.<sup>10</sup> Na tabela a seguir, pode-se averiguar a aplicação deste ajuste, exceto que o fizemos não apenas para a desvalorização de 1688, mas para todas as

<sup>10</sup> Schwartz. *Segredos internos*, op.cit, p. 400. Para questões metodológicas acerca deste ajuste, veja-se: Carrara. "Para uma história dos preços". op.cit., p. 199.



outras que ocorreram desde 1642. Como vimos, neste período o real perdeu 133% de seu valor em relação à prata e 243% em relação ao ouro.<sup>11</sup>

O destaque de conjunturas específicas para análise não é trivial. Há uma variedade de métodos e problemas na definição de ciclos de durações diferentes, mesmo para dados uniformes e completos.<sup>12</sup> Neste caso, as lacunas na série e a harmonização entre duas fontes distintas agravam as dificuldades, o que determinou as opções do método empregado. Evitou-se o emprego de qualquer tipo de interpolação, por ser o conjunto de dados considerado insuficiente para estabelecer padrões sazonais com um mínimo de precisão, sobretudo quando os preços do açúcar mostravam-se capazes de grandes alterações em um curto período de tempo. No Gráfico 2, apresenta-se uma linha com médias móveis quinquenais, que Kátia Mattoso entendeu adequadas ao movimento dos preços na Bahia, a partir de 1750. Ademais, a série parece indicar a presença de vários ciclos de curto prazo, particularmente entre 1620 e 1650. De um lado, a curva resultante é bem ilustrativa deste período. Todavia, é perceptível que os hiatos no registro de preços na segunda metade do século XVII anularam sua relevância. Deste modo, tomou-se por necessário acrescentar à análise um outro balizamento, apresentado na Tabela 1, para o cálculo de índices de preço e taxas de crescimento médios: um período entre 1607 e 1614, a representar o ápice histórico nos preços e no crescimento real da economia açucareira; um período entre 1620 e 1633, com a queda nos preços pela crise que, na Europa, inicia-se em 1619, até o momento em que o preço do açúcar recupera o nível anterior à mesma; uma breve conjuntura de preços extraordinariamente elevados, devido à guerra em Pernambuco, entre 1634 e 1637; o período entre 1642 e 1669, para o qual os preços apresentam uma razoável estabilidade, separado do período 1675 e 1689 devido à mudança na origem dos dados e à indicação de reversão na tendência de crescimento real. É claro, não se pretende com isso nenhuma revisão apriorística das análises do movimento conjuntural, de autores como Frédéric Mauro, Mircea Buescu, Stuart Schwartz e Vera Ferlini. O objetivo é a organização e tratamento dos dados disponíveis, para que se possa compreender algo mais sobre o período.

---

<sup>11</sup> Sousa. *Moeda e metais preciosos*, op.cit., p. 294.

<sup>12</sup> Vide, por exemplo: José Jobson de Andrade Arruda. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980, cap. 1; Carrara. “Para uma história dos preços”. e Heitor Pinto de Moura Filho. “O uso da informação quantitativa em História: tópicos para discussão.”. In: *Locus: revista de história*, v. 14, n. 1, 2008.

Tabela 1: Índices do preço do açúcar branco, ajustados pela desvalorização da moeda (1607=100)

Período	Índice básico	Índice ajustado pelo preço do ouro	Índice ajustado pelo preço da prata	Taxa estimada de crescimento real
1607-14	102	102	102	–
1620-33	68	68	68	-0,13%
1634-37	116	116	116	–
1642-69	107	50	94	0,98%
1675-89	98	35	63	-2,84%

Fonte: elaboração própria

Na década de 1610, encerrou-se a fase que vinha desde meados do século XVI, de crescimento acelerado e aumento contínuo nos preços, durante a qual deu-se a transição da escravidão indígena para a do africano e a cristalização dos pilares estruturais da economia colonial. A partir de 1612, a cotação do açúcar começa a cair, e logo em seguida vem uma seca. Nos anos seguintes, são muitas as queixas da “grande baixa dos açúcares”, da inadimplência de produtores endividados e do grande número de engenhos em leilão, sem compradores.<sup>13</sup> Entretanto, havia duas razões para que a desaceleração do investimento fosse moderada ou atrasada. Primeiro, a difusão da “moenda de palitos”, introduzida na região entre 1608 e 1613, que resultava em aumento da produtividade (pela economia de trabalho na moagem) e, além disso, barateava o custo de construção de novos engenhos. Em Sergipe do Conde, por exemplo, foi adotada em 1617. Em segundo lugar, a escalada nas guerras portuguesas na África, particularmente entre 1617 e 1623, contra o Congo e o Ndongo, o que manteve baixo o valor dos escravos. O preço do açúcar, entretanto, sofreu novo impacto baixista a partir de 1618, devido à intervenção do Santo Ofício no negócio, pelo envio de inquisidores à Bahia e Pernambuco, e à crise no comércio europeu, após a eclosão do conflito na Alemanha e, em seguida, o fim da Trégua dos Doze Anos. Em 1623, registrou-se provavelmente o menor preço do açúcar branco desde a década de 1570 e em todo o século XVII: 580 réis.<sup>14</sup>

Como observamos na Tabela 1, na década de 1620 os preços permaneceram em uma média 33% menor que eram por volta de 1610. Ao que parece, em algum momento da década, a conjuntura afinal pôs em xeque o crescimento da produção, pois o valor do arrendamento dos dízimos indica uma variação estimada em -0,13% entre 1620 e 1633. Isso pode ser sinal

<sup>13</sup> Ferlini. *Terra, trabalho e poder*, op.cit., p. 62; Costa. *O transporte no Atlântico*, p. 60; Carta de André Farto da Costa a S.M., 15/11/1613, AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, ex. 1, doc. 50.

<sup>14</sup> Schwartz. *Segredos internos*, op.cit., pp. 118, 146; Joseph Miller. “Slave Prices in the Portuguese Southern Atlantic, 1600-1830”. In: Paul Lovejoy (ed.) *Africans in Bondage. Studies in slavery and slave trade*. Wincosin: University of Wincosin, 1986; Ruggiero Romano. “Between the sixteenth and seventeenth centuries: the economic crisis of 1619-22”. In: Geoffrey Parker e Lesley Smith (eds.), *The general crisis of the seventeenth century*. London: Routledge, 1978.

de uma estagnação contínua, ou de um forte impacto negativo no início da guerra, seguido de sua recuperação durante a ocupação de Pernambuco. Em 1623, o contrato dos dízimos demorou a ser arrendado, por falta de interessados. A ocupação de Salvador pela WIC ocorreu em meio à depressão no comércio, o que atrasou a retomada da produção após a batalha. Em setembro de 1625, o provedor-mor escrevia: “os mais dos engenhos até hoje não moem e alguns que moem é muito pouco, a respeito de lhes faltar muitas coisas”. No ano seguinte, a Câmara de Salvador fixou um preço mínimo para o açúcar, de modo a combater a baixa: \$750 para o branco, \$360 para o mascavo, \$240 para o panela.<sup>15</sup> Nos três anos seguintes, haveria uma breve recuperação nas cotações, mas a guerra continuaria a impor prejuízos. Além do aumento na tributação, para o sustento do presídio de Salvador, os fretes começaram a encarecer, com aumento estimado em 4,5% anuais até 1640, segundo Leonor Freire Costa. O motivo estava no assédio dos corsários neerlandeses à navegação portuguesa, que segundo os relatórios da WIC teriam capturado 40.000 caixas (8.820 t, aproximadamente) de açúcar entre 1626 e 1629. Só o ataque de Piet Heyn à Salvador e à foz do rio Pitanga, em 1627, resultou no roubo de 770 t, mais ou menos.<sup>16</sup>

Entretanto, o desembarque da WIC em Pernambuco acabaria por favorecer a produção açucareira da Bahia. Depois de atingir uma baixa de \$620 em 1631, o preço do açúcar aumentou ano após ano. Em 1634, recuperou-se o nível de preços anterior à crise de 1619-22, e a tendência de alta continuou pelo menos até 1637, quando o engenho Sergipe do Conde vendeu seu açúcar branco por 1\$420, em média. Mas também há notícia de que, com a chegada da armada do Conde da Torre, em 1639, esse valor chegou a um pico de 1\$600, provavelmente o teto do preço da arroba no século XVII.<sup>17</sup> Conforme avançou o domínio da WIC sobre Pernambuco, em prejuízo de sua produção e seus portos de escoamento, o capital comercial passava a contar principalmente com o produto baiano, que encareceu. Particularmente, depois de 1635, com a ocupação neerlandesa do Cabo de Santo Agostinho, que fechou a saída do açúcar produzido na parcela meridional daquela capitania, e com isso o preço em Salvador disparou. Por outro lado, a emigração de colonos pernambucanos significou um aporte de acumulação produtiva na Bahia, pelo seu estabelecimento e construção de engenhos no Recôncavo, ou pela venda e aluguel de seus escravos. O valor do

---

<sup>15</sup> Carta de Pedro Viegas Giraldes a S.M., 09/10/1623, AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, cx. 3, doc. 283; Carta do provedor-mor Francisco de Barros a S.M., 06/09/1625, AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, cx. 3, doc. 372; Carta dos oficiais da Câmara da Bahia a S.M., 16/05/1626, AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, cx. 3, doc. 424.

<sup>16</sup> Costa. *O transporte no Atlântico*, op.cit., p. 78.

<sup>17</sup> Consulta do Conselho da Fazenda, 14/12/1639, AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, cx. 8, doc. 902.

arrendamento dos dízimos permaneceu estagnado neste período, mas isso pode bem ser resultado do predomínio de Matheus Lopes Franco no negócio, um mercador associado a Gaspar Pacheco, e praticamente o único arrendatário do tributo durante aquela década.

Ao mesmo tempo, é preciso ressaltar que a elevação nos preços durante o avanço neerlandês em Pernambuco ocorreu em meio à vários outros problemas. O preço dos escravos começou a aumentar a partir da década de 1620, elevando o custo de produção. Segundo Vera Ferlini, tal elevação deu-se sempre em ritmo maior que o aumento no preço do açúcar. Além disso, o ataque de Nassau a Salvador causou danos pequenos ao Recôncavo, mas a supremacia naval das forças da WIC manteve o transporte do açúcar baiano à Europa sob ameaça, e a taxa de frete ao longo de 1630 permaneceu em um patamar 60% ou 70% superior em relação ao período *ante-bellum*. Entre 1634 e 1636, o governador-geral Diogo Luís de Oliveira suspendeu a partida de quaisquer embarcações de Salvador, até que houvesse um reforço da marinha ibérica. Com o escoamento da produção em suspenso, houve um número desconhecido de devedores que, como Belchior Brandão, entraram em inadimplência, resultando na restrição do crédito, enquanto renegociavam-se as dívidas e despachava-se a extensão dos prazos das licenças, causando enorme prejuízo a produtores e agentes mercantis. Enquanto isso, apesar do auge nos preços do açúcar, o governador-geral Pedro da Silva passou provisão proibindo a penhora de equipamentos dos engenhos, por estar informado de que “alguns credores, em razão de débitos, e sentenças; que alcançavam contra os senhores dos engenhos lançavam mão e faziam penhora na fábrica, e peças deles, e as rematavam e vendiam separadamente, com que se iam desfabricando”.<sup>18</sup> A interrupção da navegação, portanto, poderia explicar um possível quadro de restrição dos adiantamentos ao produtor, resultando em declínio da safra, como parece indicar o açúcar fabricado em Sergipe do Conde. Todavia, não há indícios definitivos de que isso tenha ocorrido em grande escala.

Para muitos produtores e comerciantes, a alta nos preços provocada pelo desarranjo da produção pernambucana até 1636 provavelmente ofuscou os problemas causados pela guerra. As exportações do Brasil Holandês demoraram a se recuperar, após a invasão, e mesmo em seu ápice chegaram apenas a pouco mais que a metade da produção pernambucana antes da guerra. Vale dizer, a principal região produtora de açúcar na virada do século XVII foi severamente atingida, e abria-se assim um grande espaço no mercado. Não apenas a produção

---

<sup>18</sup> Provisão do governador-geral Pedro da Silva, 30/09/1636, DHBN, v. 16, p. 388-91; Requerimento de Francisco Lamberto, 05/05/1635, AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, cx. 5, doc. 574; Ferlini. *Terra, trabalho e poder*, p. 95; Miller. “Slave prices”. In: op.cit.

portuguesa na Bahia e no Rio de Janeiro foi favorecida, mais também outras áreas ocuparam partes desse espaço. A Madeira viveu um breve renascimento de sua indústria, que chega a um pico de 500 t, sem contudo disparar uma nova fase de expansão prolongada. Segundo Antonino Morreale, o período entre 1620 e 1650 também é o auge da produção siciliana, ao contrário do que é comumente afirmado. Tampouco é uma região de técnica defasada: com moendas de três cilindros similares às brasileiras, estima-se que cada engenhos produzia algo entre 30-37 t (não muito diferente do engenho brasileiro, portanto), e assim a Sicília teria produzido 1.120 t/ano, naquele período. Também surgiram exportações de açúcar a partir de colônias holandesas na Indonésia, por meio da VOC, em um ciclo breve, entre 1630 e 1660, que chega a exportar 1.500 t em 1639.<sup>19</sup> Não obstante, são regiões que produzem açúcar de qualidade inferior, e que provavelmente não tiveram capacidade de ocupar sequer a metade do espaço no mercado deixado pela ocupação de Pernambuco.

Em resumo, na década de 1630 a ocupação de Pernambuco e a elevação dos preços favoreceram a produção e o comércio de açúcar nas demais colônias, na Bahia sobretudo, mas essa conjuntura foi usufruída em meio à elevação dos riscos na navegação, dos custos de produção e de transporte, além da ameaça de ocupação militar, que continuava presente, ou de uma campanha destrutiva contra engenhos e canaviais, como em 1640, no Recôncavo. Foi um período de grandes oportunidades e grandes riscos – nas palavras de Stuart Schwartz, uma conjuntura de “lucros e prejuízos a curto prazo”.<sup>20</sup> Como afirma Leonor Freire Costa, “o volume do tráfico seria inferior ao da época de prosperidade, mas agora associava-se a lucros excepcionais e, para os que jogavam com créditos a risco e com açúcar, estes anos prometiam a acumulação de fortunas. O Reino e a Câmara de Lisboa queixavam-se da miséria. Todavia, a exiguidade do número de contratos celebrados nesta década esconde um núcleo de homens de negócio que consolida sua posição. (...) Os sobreviventes desse mundo arriscado colaram-se a D. João IV com cabedais suficientes para se tornarem seus banqueiros”.<sup>21</sup>

Em Amsterdam, o ano de 1637 também marcou um pico extraordinário para o preço do açúcar brasileiro: 0,85 florins. Nos anos seguintes, a reativação da lavoura canvieira no Brasil Holandês e a trégua assinada com Lisboa em 1641 abriram o fornecimento do produto ao mercado, rebaixando os preços em aproximadamente 40% até 1645. Se na década de 1630

---

<sup>19</sup> Vieira. *Canaviais, açúcar e aguardente na Madeira*, p. 144; Morreale. *Insula dulcis*; Deerr. *The history of sugar*, v. 2, pp. 214-5;

<sup>20</sup> Schwartz. *Segredos internos*, p. 157.

<sup>21</sup> Costa. *O transporte no Atlântico*, pp. 70-72, 227 e segs; Uma versão anterior desse argumento pode ser vista em “1580 e a Restauração”, In: Godinho. *Ensaio*.

os preços em Salvador e Amsterdam viveram movimentos diferentes, a partir de 1637 passam a flutuar em sincronia. O coeficiente de correlação entre ambas as séries, insignificante (0,10) para o período 1624-1636, chega a 0,60 para o período 1636-1651, sempre que é possível a comparação dos dados. O valor do açúcar mascavo, aliás, respeita a mesma tendência. Apesar da oferta da Nova Holanda, portanto, o entreposto comercial de Amsterdam recorria ao açúcar proveniente da Bahia, de modo a reverter a conjuntura altista da década de 1630. Apesar da falta de registros do preço do açúcar baiano no início da década de 1640, é muito provável que tenham acompanhado a tendência baixista que aparece ali.

Entretanto, a queda dos preços afetou ambas as colônias, mas em condições diferentes. Em Recife, a queda nos preços acentuou gravemente o problema do endividamento dos produtores e reverteu o fluxo dos adiantamentos, sem que o governo da WIC pudesse intervir em contrário. Na Bahia, porém, o setor produtivo contaria com uma variedade de mecanismos, como a proibição do arresto dos bens do engenho pelo credor, que sustentava a economia açucareira em operação e a lealdade à Coroa da fração dominante do senhorio colonial. Com o mesmo efeito, em 1642, a Câmara de Salvador novamente fixou preços mínimos para o açúcar. Como de costume, os valores foram assentados por uma comissão de dois oficiais da Câmara, dois produtores e dois mercadores: 1\$000 para o açúcar branco fino, \$900 para o médio, \$800 para o baixo, \$550 para o mascavo e \$240 para o panela. Assim, politizava-se a intermediação entre produção e capital comercial, e atenuava-se o impacto da queda nos preços sobre a economia colonial. Não obstante, as condições gerais para o crescimento da produção continuavam difíceis. A tendência de alta no preço dos escravos continuou, reforçada pela ocupação neerlandesa de São Jorge da Mina e Luanda, em 1637 e 1641. Além disso, a retomada da guerra em Pernambuco dependeria do aumento geral na carga tributária, e o Conselho Ultramarino afirmava, em 1644, que por isso “muitos senhores de engenho deixam de fazer açúcares, por ser mais a despesa do que deles resulta”.<sup>22</sup>

Outro agravante da reversão na tendência dos preços, por volta de 1640, foi o desaparecimento do numerário em circulação, em função do encerramento do comércio com o Rio da Prata e do aumento de remessas de metal precioso para o Reino. Depois de dois anos sob a pressão da escassez, em 1643 o governador-geral procedeu com a elevação do valor das patacas, desvalorizando assim o real frente à prata. Como vimos, as moedas portuguesas perderiam muito de seu valor em metal nas décadas seguintes, o que não deve ser esquecido

---

<sup>22</sup> Mauro. *Portugal, Brasil e o Atlântico*, p. 317; Ata da Câmara de Salvador, 22/01/1642, DHAM: AC, v. 2, pp. 66-7; Consulta do Conselho Ultramarino, 06/05/1644, AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, cx. 9, doc. 1053.

na análise da conjuntura posterior à Restauração. A Tabela 1 indica que, em termos nominais, a média dos preços observados entre 1642 e 1669 foi levemente superior (5%) ao período entre 1607 e 1614, e 57% mais alta que entre 1620 e 1633. Em peso de prata, a diferença é um pouco menos favorável: há uma queda de 8% em relação a 1607-1614, e um aumento de 38% em relação a 1620-1633. Em peso de ouro, porém, a brusca elevação de seu preço pela Coroa, logo em 1642, resulta em uma comparação muito diferente: 49% em relação a 1607-1614 e 26% em relação a 1620-1633, o que significa uma ressalva importante à recuperação conjuntural da década de 1650.

Contudo, não é simples definir qual foi o peso da desvalorização da moeda na deterioração dos termos de intercâmbio e na renda real da colônia. Segundo Rita Martins de Sousa, o aumento nos preços do ouro e da prata, entre 1640 e 1688, não resultou em elevação significativa no valor em réis de uma cesta de mercadorias cotidianas, pelo menos até 1679. Aliás, se a desvalorização do metal precioso ocorre em resposta a um déficit de pagamentos no Reino, resultante em saída de moeda metálica proporcional, a massa de dinheiro (réis) em circulação não se altera significativamente e os efeitos sobre um índice geral de preços haveriam de ser nulos, ainda que se tome a teoria quantitativa da moeda como referência. Mas o problema mais importante, ao que parece, não estava tanto no equilíbrio entre oferta e demanda de moeda, quanto na relação com as demais mercadorias européias, pela oscilação resultante nas cotações das letras de câmbio e na dependência portuguesa de importações fundamentais, ou mesmo no comércio com o Oriente. Por este ponto de vista, deve-se lembrar que a partir de 1650 a tendência dos preços dos cereais europeus é de queda, ao que parecem indicar as séries de diferentes cotações locais e o movimento no estreito de Öresund, em paralelo ao declínio da importância do abastecimento pelo Báltico. Ou seja, a redução no preço do trigo importado possivelmente compensou, se não superou, as alterações na moeda.

Na Bahia, de forma similar, o problema da desvalorização do real (e do açúcar, se denominado em peso de ouro e prata) existiria sempre que o produto importado tivesse seu valor atrelado ao metal precioso, ou este fosse diretamente empregado no intercâmbio com outras regiões. Todavia, tal efeito é muito difícil de se estimar, nem há indícios que tenha de fato ocorrido. Entre os principais produtos de importação da Europa (vinho, sal, azeite, bacalhau, farinha de trigo), houve provavelmente uma forte elevação nos preços, durante a década de 1650. Contudo, não devido à desvalorização, mas à implementação do sistema de frotas da Companhia Geral do Comércio – esta sim, a causa mais efetiva de deterioração dos termos de troca para a economia baiana, naquela conjuntura. Embora não se possa dispor de

séries de preço para tais importações, são muitos os registros da carestia e do impacto sobre os termos de troca. Um documento redigido por moradores, por exemplo, denunciava “o dano de faltarem no Estado do Brasil os mantimentos dos estanques, que com a dilação das armadas, não há mais que para os ricos, e os que há são de pior qualidade, e se compram de segunda mão, a preços excessivos, padecendo também os moradores do Brasil o fazerem-se seus açúcares, de tão ruim qualidade por velhos, que valem muito menos lá e cá (no Reino)”.<sup>23</sup>

Entretanto, como observamos na Tabela 1, a imposição do regime de frotas parece não ter impedido que a conjuntura da economia açucareira na Bahia, entre as décadas de 1650 e 1670, fosse razoavelmente positiva, dentro das circunstâncias. Apesar das muitas lacunas na série, percebe-se que o valor do açúcar permaneceu estável ao longo do período, em um nível aproximadamente 15% superior à média secular, até a queda brusca na década de 1680. Em março de 1646, após novo desarranjo na produção pernambucana, devido ao levante de João Fernandes Vieira, o açúcar em Salvador encareceu rapidamente, e a Câmara desta vez foi levada a determinar um teto de 1\$600 por arroba, para que o comércio com a metrópole não fosse prejudicado (“porquanto [o açúcar] valia mais caro que no Reino”). Aliás, note-se que, nesta ocasião, o acordo já incluiu a fixação do preço do tabaco. Por sua vez, o valor do contrato dos dízimos sugere uma taxa de crescimento real de 0,98% ao ano, um pouco acima da razão estimada para todo o período 1607-1689. Uma das principais causas da expansão sustentada na produção de açúcar certamente foi a tendência de queda no preço dos escravos na Bahia, novamente devido à retomada da ofensiva portuguesa na África, a partir de Angola. A estimativa de Joseph Miller é que estes também chegam a um pico, em sua média decenal, nos anos de 1650, e aparentemente reduz-se em 10% até a década de 1670.<sup>24</sup>

Do ponto de vista da distribuição geográfica da oferta, a produção reunida das capitâneas do Brasil continuaria a atender mais da metade do mercado de açúcar, até que o desenvolvimento da indústria no Caribe lhe solapasasse a liderança, ao fim do século XVII. Entre 1630 e 1650, continuaram a existir áreas produtivas de pequeno porte e experiências de implementação, enquanto ingleses e franceses ocupavam várias das Grandes e Pequenas Antilhas, mas apenas em Barbados ocorreria a “revolução açucareira”. O primeiro plantio ocorreu em 1641. Doze anos depois, já haviam 20.000 escravos trabalhando na ilha, e em 1655 a produção chegou a mais de 7.000 t. A própria implementação do regime de frotas no

---

<sup>23</sup> Representação dos moradores do Brasil, c.1652, AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, cx. 12, doc. 1485; Ferlini. *Terra, trabalho e poder*, p. 101.

<sup>24</sup> Ata da Câmara de Salvador, 10/03/1646, DHAM: AC, v. 2, p. 306; Miller. “Slave prices”. In: op.cit; Schwartz. *Segredos internos*, p. 163.



Brasil pode ter favorecido tal processo, uma vez que restringiu-se a oferta de transporte do açúcar para a Europa. Em 1655, a quarta frota da Companhia Geral transportou algo em torno de 15.000 t de açúcar de todo o Brasil, mas de safras de pelo menos dois anos, e que incluía muito açúcar envelhecido escondido no fundo das caixas, para fazer peso.<sup>25</sup>

A partir de Barbados, o “Rei Açúcar” conquistou gradativamente as Antilhas. A Jamaica atingirá um volume considerável de exportações na década de 1670, embora seja absurda a estimativa de Fernand Braudel (72.000 t em 1676) – levaria mais de cem anos para que a produção jamaicana atingisse essa quantidade. Nesta mesma década dá-se o início da lavoura em Guadalupe, por iniciativa da *Compagnie des Indes occidentales*, e o crescimento acelerado da população escrava atesta a velocidade na implementação da indústria. Na virada do século, a produção barbadiana chegaria a 12.000 t, enquanto todo o Brasil talvez produzisse algo como 18.600 t, segundo o testemunho de Antonil. A partir da instalação dos engenhos em São Domingos, depois de 1697, acelerou-se o crescimento da produção açucareira nas Antilhas, num processo que, em paralelo à massificação do consumo e ao crescimento generalizado da economia-mundo, multiplicaria a oferta mundial do produto.<sup>26</sup>

A difusão da indústria açucareira para o Caribe, em detrimento do controle português da oferta, foi desde o início observada e debatida em Portugal. Em meados da década de 1650, o Bispo do Porto afirmou que as reexportações de açúcar haviam deprimido o movimento comercial, por “não acharem quem lhos compre”. Segundo ele, a perda de mercado explicava-se pelo excesso de tributos, que encareciam o produto, enquanto “são aliviados [pela Inglaterra] todos os que fabricam nas suas Barbadas (*sic*), por adiantarem deste modo a fábrica deles, e os direitos que estes deviam pagar per entrada, se lançam nos que se gastam no Reino”. Tinha-se, inclusive, informação de que os ingleses construía engenhos na Jamaica, para “deles tirarem não só os que hão mister para as suas terras, mas todos os que na Europa se puderem gastar”. A sugestão do Bispo era adotar a mesma política: isentar as exportações e tributar o consumo doméstico, de maneira a despejar o máximo da mercadoria no mercado europeu, reduzir os preços e concorrer com o produto antilhano. A Coroa, entretanto, dependia da cobrança de tributos sobre o açúcar nas alfândegas do Reino. Entre os novos impostos, criados por D. João IV ao fim da década de 1640, o “quinto do açúcar” era o

---

<sup>25</sup> W. A. Green. “Supply versus Demand in the Barbadian Sugar Revolution”. In: *Journal of Interdisciplinary History*, v. 18, n. 3, 1988; Emmer. *The dutch in the atlantic economy, 1580-1880*, op.cit., p. 56.

<sup>26</sup> Braudel. *Civilização material*, op.cit., v. 2, p. 164; Edel. “The brazilian sugar cycle”. op.cit.; Alice Piffer Canabrava. *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. São Paulo: IPE, 1981.

que mais dava resultados.<sup>27</sup> Segundo os deputados da Companhia Geral de Comércio, a expansão da concorrência era fato, “com a ruína em que o nosso comércio se vai, pois não tem já a saída o açúcar daqui”, mas o verdadeiro problema era a “cobiça dos lavradores”, contra a qual sugeriam a fixação do preço em valor “que faça boa conta ao lavrador, ao mercador e ao navegante”: 1\$100 o branco, \$550 o mascavo e \$240 o panela.<sup>28</sup>

Embora seja inegável a rápida expansão da produção nas Antilhas, a partir da década de 1650, não há como estimar com precisão sua influência sobre os preços na Europa e no Brasil. Segundo Vera Ferlini, a reversão geral da tendência secular de preços da economia-mundo europeia foi mais importante que a concorrência antilhana, na determinação da conjuntura dos preços durante esse período: “a própria natureza da *plantation* e da comercialização do açúcar, a partir de 1640, tendia à ampliação da produção, que, se não ocorresse nas Antilhas, ocorreria no Brasil”.<sup>29</sup> Há que se lembrar que o produto brasileiro era de uma variedade diferente, de melhor qualidade, em relação ao melado e o açúcar exportados do Caribe. Sobretudo, a própria desvalorização da moeda pode ter agido em defesa da posição do açúcar português no mercado e do preço do açúcar em real, visto que a queda dos preços, entre 1650 e 1690, foi muito mais forte em Amsterdam do que no Brasil (gráfico 2). Deste modo, se é difícil perceber com precisão o impacto da elevação do valor da prata nas importações da economia colonial, parece claro que ela amenizou ao comerciante português a queda dos preços europeus do açúcar, permitindo que a produção brasileira continuasse a crescer, apoiada na queda do preço dos escravos, apesar da “crise geral” no comércio europeu e embora a concorrência da produção antilhana já se fizesse presente.

Não obstante, se o advento do açúcar caribenho e a reversão na tendência geral dos preços não resultaram em uma aguda “crise geral” para colônias portuguesas, (pelo menos, não até a década de 1680), deve-se observar que suas consequências não foram iguais em todas as capitanias do Brasil. Embora o preço do açúcar brasileiro tenha permanecido por três décadas em um patamar razoavelmente bom, se é que se pode tomar o valor observado em Salvador como referência, isso não foi suficiente para que a capitania de Pernambuco retomasse a escala de produção anterior ao tempo dos flamengos. Durante a guerra, houve importante redução da capacidade produtiva, devido à perda de vidas e a destruição de

---

<sup>27</sup> Carta do Bispo do Porto a S.M., c.1653-1656, BPA, Cód. 44-XIII-24, fl. 4; Magalhaes. “Dinheiro para a guerra”. Anos mais tarde, a política seria desenvolvida e executada pelo Conde de Ericeira.

<sup>28</sup> Consulta da Junta de Comércio sobre o preço do açúcar, 29/11/1655, AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, cx. 13, doc. 1619.

<sup>29</sup> Ferlini. *Terra, trabalho e poder*, p. 98.

engenhos, canaviais e outras coisas. Nos anos que se seguiram, a prorrogação indefinida da alta tributação de guerra sobrecarregaria a produção local (apesar dos incentivos da Coroa à recuperação pernambucana, como as isenções no pagamento de taxas em Portugal), e a disputa judicial pela propriedade dos engenhos confiscados pela WIC e revendidos a portugueses certamente contribuíram para a geral incerteza e arrefecimento da acumulação produtiva. Em 1651, segundo carta dos moradores de Pernambuco, em protesto ao regime de frotas, o escoamento da produção anual precisava de 24 embarcações, com 400 ou 500 caixas de açúcar cada uma, o que perfaz algo entre 2.200 e 2.600 t da “novidade do açúcar”. Se estiverem corretas as estimativas da Tabela 1, Pernambuco recuperou a capacidade produtiva de sua indústria açucareira do período *ante-bellum* apenas em meados do século XVIII.<sup>30</sup>

Por sua vez, a colônia do Rio de Janeiro foi claramente a que mais se beneficiou durante a guerra luso-neerlandesa no Nordeste. O contexto geral de insegurança nas capitanias setentrionais fazia com que comerciantes, mestres de navios e mesmo senhores de escravos emigrados de Pernambuco buscassem a baía de Guanabara. Ainda em 1634, o provedor dos armazéns em Lisboa já afirmava que “hoje navegam ao Rio de Janeiro mais navios naturais que a nenhuma outra parte do Brasil, e em qualquer outro porto haverá mais necessidade deles”. Nove anos depois, em 1643, com a chegada em Portugal de 26 navios com o produto fluminense, falava-se em Lisboa que o açúcar dali era melhor que o da Bahia.<sup>31</sup> Durante a implementação do sistema de frotas, a restrição no transporte atingiu todas as capitanias, pela falta de embarcações para o escoamento da produção e o acúmulo de açúcar envelhecido nos trapiches. Neste contexto, o Rio de Janeiro carregou 14.000 caixas (segundo o testemunho de um capitão; algo em torno de 3.500 t) no comboio de 1650, capturado pela esquadra dos Pechelinguês, e 6.000 caixas na frota de 1658 (ano de safra muito ruim, conforme se dizia), ambas as vezes com a produção acumulada nos anos anteriores. Na Bahia, reclamava-se que a Companhia Geral dava preferência ao comércio com o Rio de Janeiro, enquanto acumulavam-se três, até quatro safras de açúcar no porto de Salvador. Além disso, acusavam os mercadores fluminenses de despachar embarcações fora das datas do comboio, enquanto os baianos eram sobrecarregados de impostos para o financiamento da defesa de Salvador, “de modo que o dito Rio não tem padecido perda nem detrimento algum, antes embolsou na maior miséria e trabalhos desta Bahia”.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> Carta dos oficiais da Câmara de Pernambuco, 10/03/1651, BPA, Cód. 51-IX-6, fl. 217

<sup>31</sup> Parecer do provedor dos armazéns Rui Correia Lucas, 17/12/1634, AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, ex. 4, doc. 485; Papel sobre a chegada de açúcar do Rio de Janeiro, 11/10/1643, BPA, Cód. 51-X-17, fl. 34.

<sup>32</sup> Relação do alferes Diogo Ribeiro, que veio na frota do Rio de Janeiro, c.06/1650, BPA, Cód. 51-VI-14, fl.

Frédéric Mauro acredita que, na década de 1640, o Rio de Janeiro passou a produzir mais açúcar que a Bahia. Entretanto, apesar do rápido crescimento da produção açucareira fluminense, não é plausível que isso tenha ocorrido. Apesar dos prejuízos causados pela guerra e pela tributação à economia baiana, as capitanias do Sul não tiveram condições, por si só, de ocupar o espaço no mercado que havia sido perdido pelo açúcar pernambucano. O valor dos contratos dos dízimos e as observações de Antonil indicam, de fato, que durante a segunda metade do século XVII, algo entre 40% e 50% da produção brasileira de açúcar era realizada na Bahia, resultado da conjuntura de preços estáveis e de crescimento real moderadamente elevado, aproximadamente entre 1640 e 1680.<sup>33</sup> Em 1661, a distribuição, entre as capitanias, das parcelas do donativo para a “paz de Holanda” e o dote de Catarina de Bragança, também é evidência da participação de cada capitania na produção de riqueza. A Bahia, com uma cota local de 80.000 cruzados anuais, haveria de arrecadar 57% do valor esperado de todas as capitanias. Rio de Janeiro e Pernambuco contribuiriam, respectivamente, com 26.000 e 25.000 cruzados anuais.<sup>34</sup> Portanto, depois da guerra com a WIC, pelo menos por duas ou três décadas, a capitania da Bahia talvez tenha encontrado, em comparação com Pernambuco e Rio de Janeiro, melhores condições de usufruir da paz e da conjuntura razoavelmente favorável.

Em luz de tais considerações, parece plausível definir aproximadamente três períodos distintos para o movimento da economia açucareira ao longo do século XVII. Em primeiro lugar, a reversão do crescimento real acelerado por volta de 1620, quando a queda acumulada nos preços fez-se sentir, somada à elevação no preço dos escravos e ao fim do processo de instalação das moendas de três cilindros. Em seguida, entre 1630 e 1650, a guerra em Pernambuco abre a oportunidade para a retomada no crescimento na Bahia e a expansão da produção no Rio de Janeiro. Todavia, sobretudo na primeira o potencial de crescimento esteve submetido a um “círculo de ferro”, com restrições de vulto: a elevação no preço dos escravos, nos riscos do transporte, no valor dos fretes, juros e prêmios. Na Bahia, a própria recuperação dos prejuízos de 1624 pode ter sido mais lenta do que se imagina. Entre as décadas de 1650 e 1670, aproximadamente, o preço do açúcar em Amsterdam observou queda contínua, mas permaneceu estável em réis, na Bahia pelo menos. Com a tendência baixista no valor dos

---

109v; Mello. *Olinda restaurada*, pp. 66-8; Freitas. *A Companhia Geral*, pp. 35 e segs. A capitania do Espírito Santo também vivenciou uma expansão em sua indústria açucareira, porém de vida curta. Dizia-se dispor de terra muito boa, e chegou a ter 18 engenhos, mas a grande maioria parou de moer durante a guerra com o gentio (Narrativa da viagem de Paulo Barbosa, s.d., AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, cx. 10, doc. 1060).

<sup>33</sup> Veja-se, também: Carrara. *Receitas e despesas*, v. 1, p. 81.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 50.

escravos, é possível que o crescimento real da produção tenha se aproximado dos 0,98% sugeridos pelo valor no contrato dos dízimos. Finalmente, em meados de 1680 a conjuntura tornou-se francamente desfavorável, culminado com o “ano terrível” de 1688.<sup>35</sup>

Como se viu, entretanto, tal proposta de apreensão do movimento conjuntural parece insuficiente para abandonar a interpretação mais geral de Celso Furtado: mesmo que a concorrência antilhana não tenha determinado imediatamente ou definitivamente a estagnação da economia açucareira no Brasil colonial, é difícil que a resiliência de sua capacidade de crescimento real da produção tenha sido suficiente para sustentar o nível geral de produtividade do “complexo nordestino”, em contraste com o processo de desenvolvimento observado na Nova Inglaterra, ainda que esta fosse muito mais pobre e improdutiva em meados do século XVII.

---

<sup>35</sup> Puntoni, Pedro. "O 'mal do Estado brasílico': a Bahia na crise final do século XVII". In: *Segundo Congresso Latinoamericano de História Econômica*, Cidade do México, 2010.